


1 Ata da Reunião ordinária do Conselho Administrativo. Ao primeiro dia do mês de fevereiro
2 de 2018, às nove horas, inicia-se a reunião ordinária do Conselho Administrativo, na sala de
3 reuniões da CAAPSML, sito à Avenida Duque de Caxias n° 333, contando com a presença
4 das conselheiras, Ana Cristina Pialarice Giordano, Carla Adriana Casaca, Ester Gomes
5 Gonçalves Siena, Luciana Viçoso de Oliveira, Rosângela Maria Cebulski, Karen Bettina
6 Ikeda de Ortiz. A reunião teve como pauta os seguintes tópicos:

- 7 1. Requerimento 495/2017 – Implante DIU;
- 8 2. Ofício 075/2018-DAF/SUP – Solicitação para contratação de empresa para
9 fornecimento e instalação de Placa de Entroncamento Digital E1, DTU-G,
10 responsável pela interligação entre a central telefônica da CAAPSML e PML
- 11 3. Exposição de atividades e planejamento da Diretoria de Previdência.

12 A reunião teve início com análise do processo n.º 495/2017, no qual a conselheira Ester
13 aponta que não se trata somente de dispositivo de contracepção, mas também há
14 medicamentos no próprio dispositivo. Decidiram por, unanimidade, aprovar o requerimento,
15 justificando tal deferimento face à idade da requerente. O deferimento do procedimento
16 ambulatorial será feito via reembolso de 70% do valor apurado pela Gerência de Contas.
17 Analisaram, após, o Ofício n.º 075/2018-DAF/SUP em que leram a justificativa colocada na
18 Solicitação de Serviços acostada. Em discussão, discutiram sobre a causa da queima do
19 aparelho, sendo colocado pela conselheira Ester sobre a possibilidade de rateamento dos
20 custos entre os órgãos que ocupam o prédio (Guarda Municipal e DSO). A conselheira
21 Karen expõe que entende pela impossibilidade de rateamento do objeto entre os vários
22 órgãos, pois trata-se de uma única placa, um único objeto. A conselheira Luciana entende
23 que é possível indicação de várias dotações desde que seja do mesmo órgão. Karen expõe
24 que seria possível verificar se o objeto é o mesmo que tinha antes, se é possível já adquirir
25 uma nova placa que atenda toda a demanda já considerando a DSO e SMDS (GM) para que
26 tal despesa seja rateada. A conselheira Rosângela entende que não deve ser aprovada de
27 início sem antes esclarecimentos. Luciana entende que é uma situação ocorrida
28 independentemente da quantidade de ramais em utilização, razão pela qual entende que a
29 placa deve ser adquirida, posto que no período a CAAPSML ficou inacessível via telefone.
30 Rosângela expõe que entende que o custo com isso deve ser rateado. Luciana entende que
31 essa questão deve ser discutida entre os titulares das pastas para verificação e definição das
32 contrapartidas. Expõe, também, sobre impossibilidade do órgão ficar sem o equipamento.

33 A conselheira Ana Cristina entende pela necessidade de esclarecimentos. Karen entende
34 que a situação foi emergencial, cuja aquisição ocorreu para não gerar riscos de dano à
35 instituição. Ester entende pelo precedente de se aprovar eventuais serviços de reparação
36 decorrentes do uso do prédio por outros órgãos sem contrapartida dos mesmos. Contudo o
37 questionamento preliminar era se o equipamento já havia sido adquirido ou não, constatado
38 que o equipamento já havia sido adquirido, após debates, entendem pela incompetência do
39 Conselho em aprovar o pedido, vez que não consta no rol de atribuições do órgão colegiado
40 realizar tal análise, nos termos do art. 143, XV, da Lei n.º 11.348/11, pois a atuação do
41 colegiado é adstrita a autorização de abertura de licitação, nos termos da Lei n.º 11348/2011
42 e no caso em apreço trata-se de aquisição por dispensa de licitação, decisão discricionária do
43 superintendente. Em seguida, com a presença do Diretor de Previdência, Sr. Denilson Vieira
44 Novaes, foi esclarecido pela conselheira Luciana sobre o pedido realizado no início dos
45 trabalhos deste órgão colegiado, para exposição acerca da Diretoria, as atividades principais
46 e as questões controversas. Denilson passou a expor sobre a estrutura da Diretoria,
47 esclarecendo a estrutura organizacional da DP, esclarecendo sobre a o gerenciamento dos
48 processos de aposentadoria, o gerenciamento da folha de inativos. Ester pergunta sobre a
49 quantidade de processo de aposentadoria. Denilson esclarece que anteriormente era uma
50 média de 200 processo/ano, sendo que em 2017 chegou-se à mais de 300 processos/ano. Isso
51 pode ser constatado pelo número anterior de 2.500 benefícios, que hoje chega à mais de
52 3.500. Esclarece que a quantidade de servidores da diretoria não aumentou neste período.



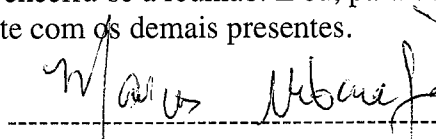
53 Ester pergunta sobre a quantidade de servidores ser suficiente. Denilson esclarece que
54 atualmente consta com uma quantidade de servidores que executam as atividades rotineiras,
55 sem que possa ser realizado atividades pró ativas. Questiona-se quem realiza a compensação
56 financeira e Denilson esclarece que é a GEA, através das servidoras Mônia e Priscila, que
57 hoje estão em dia. Denilson também esclarece que os processos de aposentadoria estão
58 tramitando dentro do prazo hoje. Karen questiona sobre eventual recurso de indeferimento
59 de aposentadoria, sobre se isso ocorre. Do mesmo modo se há algum relatório para
60 acompanhar a execução dos serviços administrativos da Autarquia e a prestação dos
61 benefícios concedidos pelo plano de seguridade social, velando por sua integridade.
62 Denilson esclarece que as questões polêmicas sobre eventuais concessões de benefícios são
63 analisados de acordo com a legislação vigente. Karen expõe sobre o direito do servidor em
64 ter sede recursal, nos termos da Lei nº 11348/2011. Denilson esclarece que eventuais
65 concessões relativas à benefícios aprovados pelo Conselho seriam efetivados através de
66 decretos e podem não ser aprovado pelo Tribunal de Contas, penalizando a Caapsml e os
67 agentes que assinaram o decreto do benefício e não o Conselho. Ester entende pelo
68 encaminhamento de recursos de benefícios ao Conselho para que haja cumprimento da lei.
69 Quanto aos recursos afetos à Previdência, foi solicitado para que seja encaminhado ao
70 Conselho relatórios de processos previdenciários protocolados. Denilson entende que a
71 estrutura é boa, mas com o ingresso de mais 1-2 servidores contribuiria para melhorar as
72 atividades da Diretoria, de forma a não sobrecarregar servidores hoje lotados na Diretoria,
73 melhorar a rotina dos processos Denilson entende que é importante trabalhar pela melhoria
74 na estrutura organizacional da Caapsml, com criação de coordenadorias bem como melhoria
75 na carreira do servidor que se especializa na área, com criação de gratificação, etc. Karen
76 questiona sobre as alterações no PL sobre as alterações na previdência. Denilson informa
77 que tem conhecimento do PL realizado na Autarquia, referente à previdência, e
78 encaminhado em outubro de 2017 ao governo e não conferiu o texto/redação com o PL
79 encaminhado à CML no final do ano. Ana Cristina expõe que os servidores Tiba, Bosco e
80 Cezar se assustaram com alguns pontos do PL. Denilson expõe que a o PL protocolado na
81 SMG, sobre a proposta de equacionamento do déficit foi debatido com todos os técnicos da
82 CAAPSML. Rosângela questiona sobre eventual alteração do PL sem que se tenha realizada
83 análise do órgão gestor. Denilson, continuando sua exposição, esclarece que algumas
84 situações como centralização da PGM também torna um pouco mais moroso o
85 encaminhamento dos processos. Denilson também passou à exposição do déficit da
86 previdência e informa que desde que se criou o RPPS, este já nasceu deficitário, posto que o
87 Fundo Financeiro já começou com ativos e o Fundo Previdenciário nasceu sem reservas,
88 mas tornou-se superavitário, enquanto o Fundo Financeiro foi acabando. Em 2011 foi
89 realizada a segregação de massas, por pressão do Ministério da Previdência que apontava
90 déficit e a não liberação de CRP e, se os aportes tivessem sido realizadas desde 2011, os
91 aportes não teriam chegado à um valor elevado. Em 2016 os recursos do Fundo Financeiro
92 se esgotaram, razão pela qual a equipe de transição, junto com a administração da época
93 optou por juntar os fundos. E com a junção dos fundos, reduz-se o déficit atuarial. E a
94 proposta de equacionamento foi o parcelamento, do qual não foi aceito pelo Ministério da
95 Previdência. E a segunda opção foi a nova segregação. Após estudos dos atuário e técnicos
96 da CAAPSML, através do estudo atuarial foi verificada a possibilidade do corte em 2015.
97 Ester questiona sobre sua preocupação da não aprovação pelo Ministério desse corte.
98 Denilson explica que há grande probabilidade de aprovação, inclusive da cidade de Recife
99 tem projeto similar. Explica ainda que a migração das massas do fundo financeiro para o
100 Fundo Previdenciário será conforme estudo atuarial. Para finalizar a exposição sobre o
101 déficit, Denilson explica que o déficit atuarial volta a 7 bilhões com a nova segregação.
102 Denilson explica que 2017 fechou com um déficit financeiro em torno de 38 milhões, ou
103 seja, usou-se esse montante do patrimônio do fundo em razão da não realização dos aportes.
104 Esclarece que se nada ocorresse em 2018, ainda em 2017 houve boa rentabilidade das
105 aplicações mas que não vislumbra tal rentabilidade nesse ano mas aumento dos benefícios e
106 perspectiva de diminuição de contribuição, face aos valores menores de recém-contratados,
107 aposentadoria dos servidores com salários mais altos, etc., com reserva atual de 200 milhões,



108 poderia chegar, no máximo, à cerca de 3 anos de pagamento de benefícios. Sendo aprovado
109 o PL de segregação, há necessidade imediata da realização de aportes. Denilson ainda
110 esclarece sobre as CRP's de caráter liminar. Ester ainda solicita opinião do Diretor sobre o
111 texto do art. 13 do PL, que inclui o art. 90-B à lei 11.348/2011. Denilson esclarece que todo
112 processo de alteração de migração de massas em análise atuarial, deve seguir os mesmos
113 trâmites , ou seja, com estudo atuarial, encaminhando ao Ministério para aprovação, etc.
114 Denilson esclarece sobre riscos de ganhos ou perdas com imóveis transferidos ao fundo,
115 desde que seja realizado com muita responsabilidade. Com a chegada do Superintendente
116 Sr. Marcos Urbaneja, este esclarece questões do PL e o objetivo de modernização da
117 legislação com o fito da amenizar o déficit atuarial e a estrutura da CAAPSMML no sentido de
118 gerenciar os fundos de previdência. Denilson expõe sobre os projetos da Diretoria, e informa
119 que o principal objetivo é a implantação do novo sistema de previdência, esclarecendo sobre
120 a importância do software para do gerenciamento do plano, especialmente, com a
121 modernização dos processos, cálculos, segurança na folha, etc. Esclarece que o segundo
122 projeto é o recadastramento, com aproveitamento de novo sistema, cujo projeto depende de
123 uma série de estudos para o formato do projeto. Luciana agradece os esclarecimentos do
124 Diretor. Ana Cristina solicita ao Diretor parecer sobre o PL encaminhado pela CAAPSMML
125 com o que consta na CML, indicando as alterações. Rosângela reitera à Superintendência
126 sobre o encaminhamento de relatório sobre os descredenciados, com o nome do prestador e
127 motivo do descredenciamento. Ana Cristina realiza reclamação junto à Superintendência
128 sobre a atendimento do Setor de Credenciamento sobre informação de determinado
129 prestador, do mesmo modo, a conselheira Rosângela também reclama do atendimento do
130 setor. Ana Cristina esclarece sobre a necessidade de publicação das atas de reunião do
131 Conselho e esclarece que o Conselho de Transparência faz gravação e disponibilização na
132 internet das reuniões e expõe sobre a possibilidade de disponibilizar a transmissão ao vivo
133 também das reuniões do Conselho. Ester informa que as reuniões discutem informações
134 pessoais. Marcos sugere que faça a transmissão e interrompa a transmissão quando das
135 tratativas de processos que contenham informações pessoais, envolvendo intimidade de
136 pessoas. Ana Cristina solicita providências da Superintendência para que tal transmissão
137 possa ser realizada. A próxima reunião ordinária foi agendada para o dia 08 de fevereiro de
138 2018 às nove horas. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião. E eu, para de tudo
139 constar, lavrei, dato e assino a presente ata, juntamente com os demais presentes.

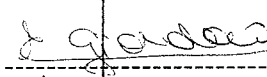
140

141 Marcos de Lima Urbaneja



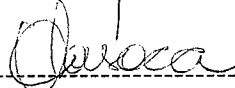
142

143 Ana Cristina Pialarice Giordano



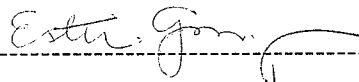
144

145 Carla Adriana Casaca



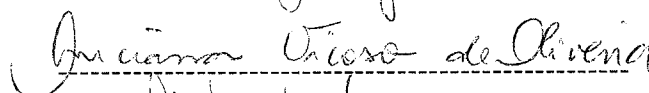
146

147 Ester Gomes Gonçalves Siena



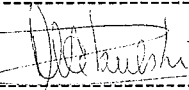
148

149 Luciana Viçoso de Oliveira



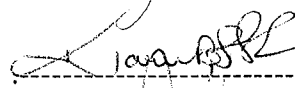
150

151 Rosangela Maria Cebulski



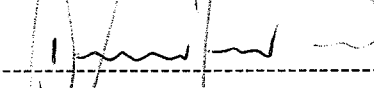
152

153 Karen Bettina Ikeda de Ortiz



154

155 Denilson Vieira Novaes



156

157 Ely Tieko Yoshinaga

